

Prefeitura afirma que CEI Aldeia da Criança não será fechado

Unidade do Contorno seguirá em funcionamento e terá ampliação de atendimento

Por Gabriel Rattes

O Centro de Educação Infantil (CEI) Aldeia da Criança, localizado na Estrada do Contorno, em Petrópolis, não será fechado. A permanência da unidade foi confirmada pela Secretaria Municipal de Educação após reunião com moradores, profissionais da educação, representantes de conselhos e parlamentares.

Além da continuidade das atividades, a escola terá ampliação do atendimento, com previsão de abertura de novas turmas para o quarto e o quinto períodos, atendendo a uma demanda da comunidade local.

Prefeitura nega desativação

Em resposta oficial, a Secretaria de Educação informou que não procede a informação sobre a desativação do CEI Aldeia da Criança. Segundo a pasta, a unidade segue em funcionamento e está incluída em um planejamento de reorganização pedagógica.

Entre as medidas previstas estão a ampliação do número de vagas e a reorganização das salas no formato multisseriado, modelo pedagógico que reúne alunos de diferentes etapas, respeitando critérios técnicos e educacionais. O objetivo, de acordo com a Secretaria, é assegurar a conti-



A unidade segue em funcionamento e está incluída em um planejamento de reorganização pedagógica

nuidade da escola e ampliar o atendimento às famílias do Contorno.

Mobilização popular

A vereadora Júlia Casamasso afirmou que a decisão de manter a unidade aberta é resultado da mobilização da comunidade escolar e dos moradores do bairro. "A gente teve uma vitória importante, porque a escola estava prestes a ser fechada por conta do número pequeno de alunos. Precisamos sempre lembrar e ressaltar que não podemos fechar a escola, porque, dentro da comunidade, a educação e a inclusão é algo

prioritário", explicou a vereadora.

Segundo a parlamentar, famílias, trabalhadores da educação e representantes de conselhos participam ativamente do diálogo com a Secretaria de Educação, demonstrando a importância da escola para a região. Júlia também destacou que o fechamento de escolas municipais não pode ocorrer sem diálogo, transparência e escuta da população.

"Não tem como fechar a escola e deslocar as crianças. A gente avança muito tendo uma escuta ativa da população, colocando os familiares, a equipe que trabalha na escola, para

falar o que que precisa ser feito, pra dizer como que a escola tem que funcionar", disse.

Reunião

Representando o Conselho Municipal de Educação (COMED), Daniel Salomão destacou que a reunião foi democrática e contou com a participação da equipe da escola, da Secretaria de Educação e de representantes da comunidade.

"Nós debatemos a questão do CEI permanecer aqui na comunidade. É um avanço para toda a comunidade escolar e também para equipe que

trabalha aqui, principalmente para os alunos, que dependem desse aparelho da Prefeitura para continuar exercendo a parte pedagógica", enfatizou.

Moradores relatam impacto

Moradora do Contorno, Cicera Cristina Santos relatou que o fechamento da unidade teria impacto direto na vida das famílias, especialmente das mães que trabalham e dependem da creche. Segundo ela, o deslocamento das crianças para outras unidades aumentaria os custos com transporte e traria dificuldades de adaptação para os alunos. "Isso é muito importante para a comunidade. A gente precisa estar presente e lutar pelos nossos direitos, que são direitos das crianças, das famílias e dos moradores", afirmou.

Cicera também comemorou a possibilidade de ampliação do atendimento, destacando a abertura de novas vagas para o quarto e o quinto períodos como uma conquista importante da comunidade.

"Eu moro aqui perto e trabalho por conta própria. Se a creche fechasse, eu teria gasto com transporte, perderia renda e meu filho teria que se adaptar a outra escola, a outras pessoas. Isso afeta a vida da criança e da família. Por isso, é fundamental que a creche permaneça aberta, hoje e no futuro", completou.

Justiça nega liminar de despejo do Liceu

Por Gabriel Rattes e Evelyn Carvalhaes

Uma audiência realizada nesta terça-feira (3), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, discutiu o pedido de despejo do imóvel onde funciona provisoriamente o Liceu Municipal Prefeito Cordolino Ambrósio. Após ouvir as partes, o juiz Jorge Luís Martins decidiu negar a liminar de despejo, garantindo o início das aulas nesta quarta-feira (4).

O processo trata de uma ação de despejo por inadimplência no contrato de locação do imóvel, firmado sem garantia e válido até dezembro de 2025. O contrato previa aluguel mensal de R\$ 30 mil. Segundo a empresa proprietária, os atrasos nos pagamentos, que se arrastam desde o segundo semestre do ano passado, motivaram o pedido de desocupação imediata e ultrapassam os R\$ 213 mil.

Aluguéis quitados

Durante a audiência, representantes da Prefeitura de Petrópolis informaram que os aluguéis

em atraso foram quitados às vésperas da sessão. De acordo com o município, o aluguel referente a agosto de 2025 foi pago em outubro, enquanto os valores de setembro a dezembro foram quitados na última segunda-feira (2). Com isso, a defesa alegou que a dívida foi regularizada e que a ação perdeu o objeto.

A empresa proprietária do imóvel, no entanto, contestou a regularização, afirmando que os pagamentos não incluíram juros, encargos contratuais e IPTU. Ainda assim, o juiz entendeu que não havia elementos suficientes para autorizar a desocupação imediata e indeferiu a liminar de despejo. O pedido da Prefeitura para um prazo adicional de 24 horas para apresentação de comprovantes também foi negado, sendo determinada a entrega imediata da documentação.

Em declaração durante a audiência, o procurador-geral do município, Fernando Fernan-



Município afirma ter quitado aluguéis atrasados

des, afirmou que a administração agiu para evitar prejuízos aos alunos e garantir a continuidade do ano letivo.

Já a defesa da locadora sustentou que o município realizou um depósito de última hora, sem resolver integralmente o débito, e passou a argumentar risco aos estudantes para impedir o despejo. Destacou também que houve tentativas de acordo em audiências de conciliação, mas que os atrasos se repetiram ao longo do contrato.

de Educação, Poliana Ferrarez, o número de terceirizados caiu desde o início da gestão, sendo gradualmente substituídos por servidores concursados. A mudança teria reduzido o custo mensal da área de R\$ 8 milhões para R\$ 7 milhões. Para este ano, está prevista nova licitação, com ampliação do uso de concursados nas funções de educador e cuidador.

Aulas mantidas

Com a decisão judicial, as aulas do Liceu Cordolino Ambrósio seguem normalmente, em três turnos, sem risco imediato de despejo. O processo continuará tramitando para análise de eventuais diferenças contratuais apontadas pelas partes.

Atualmente, a rede municipal de ensino de Petrópolis atende cerca de 37 mil alunos em 190 escolas. A defesa da empresa proprietária reforçou que os valores do aluguel são verbas carimbadas, ou seja, destinadas exclusivamente ao pagamento da locação, sem possibilidade de outro uso.